

Infohabitar, Ano XVII, n.º 761

Sobre a oferta de diversas propostas organizativas para as zonas domésticas – Infohabitar # 761

António Baptista Coelho
(texto e desenho)

Artigo integrado na série editorial da Infohabitar “Habitar e viver melhor”

Resumo

No artigo desenvolve-se uma reflexão, de certa forma, introdutória sobre o interesse da exploração e do subsequente aprofundamento de uma razoável variedade de propostas organizativas para as zonas e subzonas da habitação, numa perspetiva que encara criticamente uma, ainda preponderante, preocupação essencialmente funcional, e que visa a melhor adequação a necessidades e desejos habitacionais específicos num quadro de expressiva qualidade arquitectónica.

1. Para lá das principais propostas domésticas organizativas e funcionalistas

Provavelmente, há alguns anos, esta temática, associada globalmente aos aspetos de organização funcional doméstica, seria das mais importantes em termos de um apoio prático ao desenvolvimento de melhores soluções habitacionais.

Tratava-se, então, afinal, de um relativo culminar de toda uma tradição de uma aplicação prática e afinada ao longo de decénios, de zonamentos funcionais ou funcionalistas, zonamentos estes que, infelizmente, ajudaram a destruir bairros de cidades e a uniformizar a globalidade dos “novos” espaços domésticos no sentido do serviço a uma pessoa “média” e a uma família “média”; provavelmente a tal que deseja a habitação do “Tipo 3” (com 3 quartos “de dormir”, o conhecido T3), mas que acaba por se contentar com uma habitação do Tipo 2, incluindo uma pequena cozinha, quartos dimensionados para “móveis completos”, mas mínimos, e uma “sala-comum”

– teoricamente integrando funções de estar e de refeições formais – mas onde, frequentemente, quase nem há espaço para encaixar um catálogo mínimo de mobiliário, quanto mais para aceitar toda uma vida doméstica que aí se deveria poder concentrar de uma forma, pelo menos, minimamente adequada a todos os respetivos intervenientes.

A culpa não foi apenas de quem promoveu estes espaços, mas também do encarar, frequentemente, a regulamentação mínima como regulamentação básica e corrente, e de um frequente manejar de tais mínimos regulamentares espaciais e funcionais por projetistas com reduzida capacidade para ultrapassar tais condições mínimas através de excelentes projetos de Arquitetura habitacional.

2. Notas sobre a importância de uma “regulamentação” essencial

Em primeiro lugar há que justificar o apontar, no título deste item, de regulamentação entre aspas, pois com esta designação pretende-se incluir não só a clássica prática regulamentar, mas também práticas recomendativas e de projeto e apreciação habitacional, privilegiando-se, aqui, naturalmente, a habitação de interesse social, por ser a mais condicionada e obrigar à aplicação de financiamentos públicos.

Nas áreas habitacionais, tal como em muitas outras áreas temáticas, há, evidentemente, matérias que têm de ser rigorosamente regulamentadas, destacando-se, evidentemente, os aspetos ligados à segurança e nestes, sublinhando-se, os associados à segurança no uso corrente da habitação, e tendo-se em conta, especificamente, o uso por pessoas com diversos condicionamentos – etários, de mobilidade, de perceção, em termos de hábitos socioculturais, etc.

E estes aspetos de segurança no uso normal deverão abranger cuidados de segurança em termos de saúde e bem-estar físico e psicológico; matérias estas de elevada exigência, complexidade e diversidade temática – integrando, designadamente, desde as conhecidas mas ainda pouco respeitadas exigências de múltiplo conforto ambiental, às matérias vitais da qualidade do ar, da ausência de produtos nocivos para a saúde, de redução de acidentes domésticos, e da vital ligação com as exigências de sustentabilidade ambiental.

Mas as preocupações regulamentares ainda atualmente mais praticadas são as “simplesmente dimensionais”, ainda por cima mal associadas a áreas mínimas

consideradas como áreas a aplicar (tal como acima se referiu), pouco ou nada articuladas com as essenciais dimensões mais versáteis em termos de habitabilidade, que não são, evidentemente, as “mínimas regulamentares” e, muitas vezes, criticamente associadas a organizações funcionais domésticas rigidamente “monofuncionalistas”, criticamente hierarquizadas e, portanto, muito pouco adaptáveis a diversas necessidades domésticas e muito menos a diversos modos e desejo de habitar a casa de cada um e de cada agregado familiar.

Acresce, ainda, a esta situação a realidade de quanto menores as áreas disponíveis maior a complexidade projetual, evidentemente, no sentido de se obter uma adequadamente versátil solução doméstica; uma situação que deveria obrigar a elevadas exigências na escolha dos projetistas de habitação de interesse social, e que deveria passar por um exigente e amplo crivo de apreciação dos respetivos projetos, numa análise muito mais elaborada e qualificada do que a que é simplesmente baseada nos referidos critérios de áreas mínimas/razoáveis e de mais alguns aspetos já constantes de alguns corpos recomendativos, como é o caso das Recomendações Técnicas para Habitação Social (RTHS), que marcaram a sua época e tiveram excelente influência na melhoria da qualidade da Habitação de Interesse Social.

Parece haver, portanto, aqui uma quádrupla frente de intervenção:

- na melhoria regulamentar do que é essencial, designadamente, em termos de ampla segurança no uso corrente;
- de melhoria recomendativa em termos de um habitar mais versátil, mais adaptável e mais apropriável;
- de um privilegiar de projetos com assinalável qualidade arquitectónica – incluindo variadas facetas, entre as quais a da racionalidade construtiva e económica e a da adequada e valorizadora integração local –, designadamente, quando estejam “em jogo” fundos públicos e assinaláveis condicionalismos projetuais;
- e do desenvolvimento de uma melhorada capacidade de apreciação e validação da referida adequação e qualidade arquitectónica residencial, designadamente, quando estejam “em jogo” fundos públicos e assinaláveis condicionalismos projetuais.

3. Do funcional ao pessoal e familiar na habitação

O título deste item também poderia ser: “há mais habitação para lá do espaço e da função!”, sempre houve, designadamente, naquelas habitações onde dá realmente gosto habitar

Se considerarmos que os amplos aspetos de segurança e de adequação em termos de versatilidade e adaptabilidade estão garantidos, então parece que à matéria da qualidade arquitectónica, nas suas variadas facetas, poderia/deveria ser dada ampla liberdade criativa, designadamente, numa sensível conformação dos espaços interiores habitacionais.

Afinal a função tem de se harmonizar com a forma e vice-versa, mas a “forma” pode inovar, pode variar e deve induzir interesse e atratividade, mas também apropriação e afinidade; e por isso acima se referiu o desenvolvimento de uma “sensível” conformação dos espaços interiores habitacionais; sensibilidade esta que, evidentemente, depende da qualidade arquitectónica do respetivo projeto, necessariamente validada pela sua respetiva apreciação (pois “de boas intenções ...”)

Tudo isto tem a ver com estarmos, agora, em pleno “mundo” privado, um mundo onde o que há a regulamentar pode/deve estar “automaticamente” embebido na respetiva pormenorização de divisórias, instalações, vãos, equipamentos e acabamentos, proporcionando-se, para lá de todo esse pequeno/grande mundo do detalhe, variadas espacialidades formais, diversas relações entre variados espaços/ambientes e uma afirmada potencialidade evolutiva e/ou natural versatilidade dos espaços e seus mútuos relacionamentos.

E, assim, a ideia que se perfilha, aqui, no interior doméstico é a de um muito amplo leque de soluções espaciais, funcionais e formais, verdadeiramente versáteis e positivamente caracterizadoras de cada solução, para lá de todo um necessário conjunto de soluções “embebidas”, ligadas a aspetos essenciais de funcionalidade, acessibilidade, segurança, saúde e higiene, aspetos estes muito concentrados em “zonas de água” (bancadas de cozinha, espaços de tratamento de roupa e casas de banho) e nas zonas de relação entre diversos ambientes (ex., interior/exterior, comum/privado, etc.).

Quanto aos “velhos” aspetos de organização dita “funcional” da casa, tal como ainda são considerados, designadamente, no “mercado habitacional”, como por exemplo as “clássicas” “zonas íntimas” e outras zonas mais ou menos funcionais, julga-se que a

estruturação doméstica será tanto mais negativa, no que se refere à sua assimilação por diversas famílias, quanto mais “hierarquizada”, “rígida” e “em árvore” for a respetiva organização.

O resto, e o resto que é quase tudo no espaço doméstico, deveria ser deixado a uma ampla liberdade de conceção, embora tal liberdade seja, como sabemos, uma condição gémea de uma muito apertada exigência de qualidade de Arquitectura.

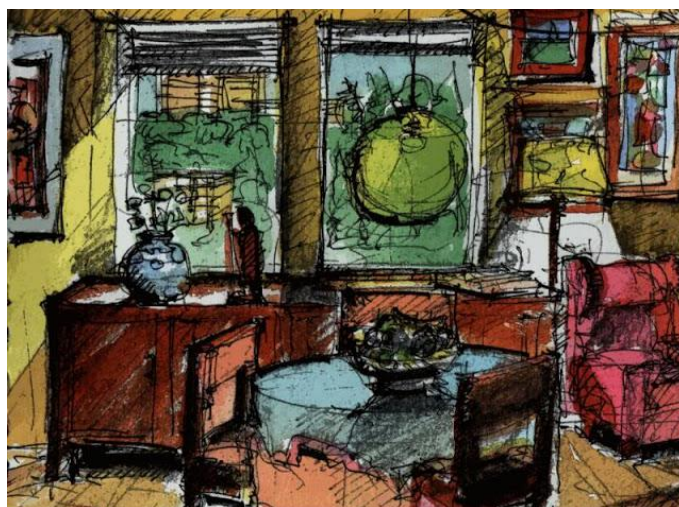


Fig. 1: entre preocupações de funcionalidade, segurança, versatilidade, apropriação e até alguma domesticidade se vão construindo os ambientes habitacionais positivamente mais marcantes.

4. Ideias de organização da habitação

Dito isto, que será um tema geral orientador desta reflexão sobre habitações que possam influenciar, realmente, uma vida doméstica mais feliz, apontam-se e comentam-se, brevemente, em seguida, algumas ideias de organização da habitação que podem informar as diversas soluções de organização domésticas, mesmo quando consideradas apenas a título de quadros organizativos genéricos – e regista-se que boa parte destas referências estão apontadas no meu estudo intitulado “Do bairro e da vizinhança à habitação”, editado pelo LNEC (ITA 2), e foram baseadas, frequentemente, nas opiniões de um amplo leque de autores.

- Espaços tipologicamente distintos em termos de socialização, privacidade e funcionalidade geral.

Matéria que, interessantemente, conjuga aspetos que por vezes são considerados de forma desagregada, provocando “organizações” domésticas muito discutíveis ou mesmo muito negativas; de certa forma há que tê-los em conta, mas, subsequentemente, reinterpretá-los, fundi-los, quase apagar (aparentemente) um ou outro, recriar “novos” espaços a partir de elementos bem conhecidos, reinterpretar velhas tipologias, etc., etc.

- Habitações “divididas” pela barreira entre usos essencialmente noturnos ou diurnos.

Matéria que parece que não deve ser considerada “à letra”, em termos da referida “divisão”, mas sim numa aproximação a estruturas domésticas que salvaguardem aspetos essenciais de conforto e de privacidade, assim como alguma estimulante diversidade de arranjos e de ambientes gerais, que são proporcionados – contrariamente a quadros domésticos monótonos, repetitivos e sem capacidade de atração e de apropriação.

- Zonas mais formais e mais informais da habitação – ou domínios das crianças, domínios dos adultos e domínios comuns.

Esta matéria é muito ampla e proporciona inúmeros desenvolvimentos específicos e combinações entre eles; a questão da boa aceitação doméstica, em termos de estruturação e pormenorização, a modos de vida mais formais ou mais informais poderá ser essencial quando se pretende dotar a habitação de uma boa capacidade em termos de adaptabilidade e de apropriação.

- Habitação que se vai adaptando à evolução etária e da composição da família e dos respetivos usos e desejos domésticos.

Uma habitação que se possa ir razoavelmente adaptando, em termos de processos mais passivos ou mais ativos, à evolução etária e da composição da família e dos respetivos usos e desejos domésticos, é uma qualidade essencial, seja na máxima valia de cada habitação relativamente a diversos grupos de utentes e de agregados familiares que a usem ao longo de gerações, seja na sua versatilidade de resposta ao

uso pela mesma família ao longo dos anos e designadamente por pessoas que vão envelhecendo, mas que devem poder continuar a contar com a “sua” habitação.

- Influência da ocupação habitacional no dimensionamento doméstico.

As questões ligadas à ocupação tendencial específica de um dado espaço doméstico, por exemplo, por uma família com crianças, por um jovem sozinho, ou por um casal de idosos, pode/deve influenciar a “tipologia” do respetivo dimensionamento (ex., maior ou menor espaciosidade) e, naturalmente, a sua estruturação e os seus conteúdos funcionais.

- Hierarquização espacial e funcional.

Embora a bem conhecida hierarquização espacial e funcional seja criticável, designadamente, quando aplicada de forma rígida e pouco sensível a aspetos de adaptabilidade e multifuncionalidade domésticos, ela pode continuar a ter aspetos positivos muito associados a exigências e desejos de privacidade e/ou sossego e mesmo algum isolamento, pelo que será sempre uma ideia de organização habitacional a considerar e aplicar.

- Microzonamento doméstico.

De certa forma numa recuperação parcial, particularizada e muito diversificada da criticada ideia de expressivo zonamento doméstico em diversas áreas de atividade, podemos avançar no que se poderá designar de microzonamento doméstico, numa perspetiva que passa para espaço/compartimento a possibilidade/capacidade de integrar um conjunto de pequenas, diversificadas, interpenetráveis e temporalmente mutantes “micro” áreas funcionais ou de atividade(s).

- Importância da socialização na estruturação e na espaciosidade domésticas.

Finalmente, nesta pequena súpula de aspetos que influenciam as propostas organizativas para as zonas domésticas, salienta-se a importância que sempre deverá ter o apoio ao convívio/socialização na respetiva estruturação e espaciosidade domésticas; uma matéria, frequentemente, esquecida ou criticamente minorizada por estarmos a tratar do designado “espaço privado”.

Nota final:

Em outros artigos serão um pouco mais desenvolvidas estas matérias, mas desde já se aponta a sua importância, designadamente, quando aplicadas a soluções habitacionais espacialmente muito condicionadas, como é o caso das soluções de habitação de interesse social.

O presente artigo corresponde a uma edição ampliada, modificada e revista do artigo que foi editado na Infohabitar, em 21/07/2014, com o n.º 492.

Referências editoriais:

1.ª Edição: Infohabitar, Ano XVII, n.º 761, terça-feira, janeiro 19, 2021

Link para a 1.ª edição:

<http://infohabitar.blogspot.com/2021/01/sobre-oferta-de-diversas-propostas.html>

Etiquetas/palavras chave: habitação, arquitectura, novas formas de habitar , infohabitar, novas funcionalidades domésticas , organização da habitação, zonas domésticas

Infohabitar

Editor: António Baptista Coelho

Arquitecto – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa –, doutor em Arquitectura – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto –, Investigador Principal com Habilitação em Arquitectura e Urbanismo – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

abc.infohabitar@gmail.com, abc@lnec.pt

A Infohabitar é uma Revista do GHabitar Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional Infohabitar – Associação atualmente com sede na Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE) e anteriormente com sede no Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do LNEC.

Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.